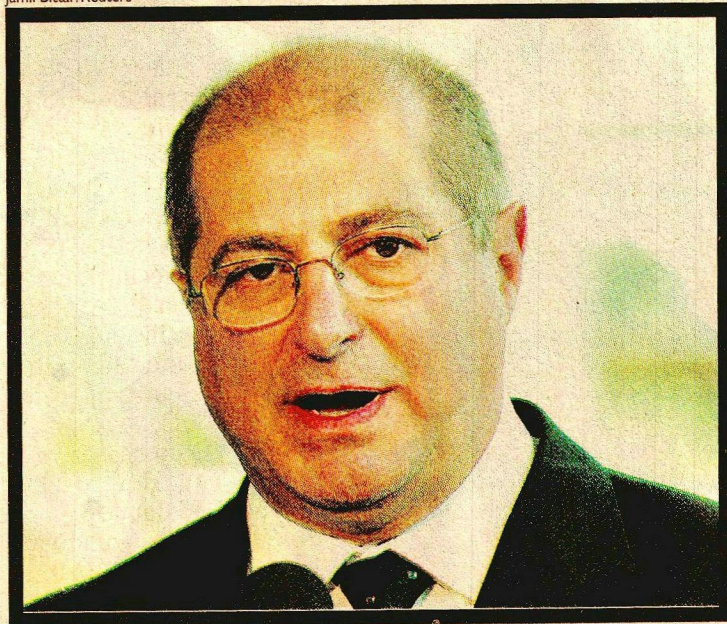


Planejamento propõe superávit até 2009

Jamil Bittar/Reuters



BERNARDO: "AINDA VAMOS CONVERSAR COM A FAZENDA E COM O PRESIDENTE LULA"

Em mais uma reafirmação de rigor fiscal, o governo deve colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que será enviada ao Congresso Nacional até o próximo dia 15, proposta de manutenção da meta de superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida) em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2009. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, afirmou que "provavelmente" a LDO vai indicar que a atual meta será estendida, mas a decisão final do governo ainda não foi tomada.

"Essa é uma proposta do Ministério do Planejamento, mas nós ainda vamos conversar com o Ministério da Fazenda e com o presidente Lula, para que seja tomada uma decisão", disse Bernardo, que no ano passado defendeu publicamente a adoção de um programa de ajuste fiscal de longo prazo. A meta de 4,25% vale para todo o setor público (União, estados, municípios e empresas estatais). Ela está no mesmo patamar desde 2003, início do governo Lula.

A meta definida na LDO, entretanto, só vale como determinação para o ano seguinte. No caso da proposta a ser enviada semana que vem, a meta de 4,25% só terá força de lei para

2007. A indicação para os demais anos pode ser alterada na LDO do próximo ano.

Reação

O economista da Mauá Investimentos, Caio Meghali, considera que a indicação da manutenção da meta até 2009 é "positiva", pois os mercados, desde a substituição do ministro da Fazenda, estão em dúvida sobre a continuidade do compromisso

fiscal de Lula em um eventual segundo mandato. "Ciente disso, o ministro Paulo Bernardo, ao fazer essa indicação, dá uma resposta de que a meta será mantida pelo menos nos três primeiros anos do segundo mandato de Lula", afirmou.

Apesar disso, Meghali afirma que, mais do que o número definido para o superávit primário, os investidores estão analisando a sustentabilidade dessa meta

nos próximos anos. "No atual ritmo de crescimento das despesas, só será possível cumprir essa meta daqui a algum tempo com aumento de carga tributária, o que a sociedade não aceita mais", ponderou. "Mais interessante seria o governo falar em controle de nível de gastos. Simplesmente falar do compromisso de 4,25% já não é mais tão eficiente."

Para o professor da Unicamp e especialista em política fiscal Francisco Lopreato, a indicação para 2009 mostra que o governo está sendo coerente com a política atual, cujo objetivo é reduzir a relação entre dívida e PIB por meio dos superávits elevados. Mas, para ele, o debate mais importante é se a saída para o problema fiscal e da dívida brasileira está no mero corte de gastos ou na mudança do nível de juros. Lopreato afirma que, sem demérito do controle das despesas, é preciso atacar o problema dos juros.

"Uma redução mais rápida na taxa Selic poderia reduzir a dívida e ao mesmo tempo aumentar o PIB, dando uma condição fiscal mais saudável para a economia brasileira", disse. "Nesse cenário mais favorável, o controle dos gastos públicos poderia ser feito de forma mais inteligente e orgânica do que ocorre hoje."